

OFÍCIO Nº 79/2020/AA-CD/ANA
Documento nº 02500.028840/2020-83

59000.012548/2020-05
26/06/20 - 10:20
PROTOCOLO GERAL MDR

Brasília, 23 de junho de 2020

Ao Senhor
Marcelo Pereira Borges
Secretário Nacional de Segurança Hídrica
Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Ministério do Desenvolvimento Regional
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala 960
70.067-901 – Brasília – DF

Assunto: Solicitação pela CNI da suspensão da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos. Processo 59000.007031/2020-96.

Referência: 02501.001599/2020-35

Senhor Secretário,

1. Em atenção ao Ofício nº 212/2020/SNSH/MDR, de 7 de abril de 2020, informo que este foi objeto de avaliação pela área técnica competente desta Agência Nacional de Águas, cuja manifestação, por meio da Nota Técnica nº 30/2020/CSCOB/SAS, encontra-se em anexa.
2. Na oportunidade, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração, colocando-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
Diretora-Presidente



NOTA TÉCNICA Nº 30/2020/CSCOB/SAS
Documento nº 02500.028030/2020-27

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Assunto: Ofício nº 212/2020/SNSH/MDR - Carta (CNI) 00453/2020. Coronavírus - COVID 19. Cobrança pelo uso de recursos hídricos. Boletos do exercício 2020.
Referência: Doc. nº 02500.017532/2020-22.

INTRODUÇÃO

1. No Ofício nº 212/2020/SNSH/MDR, de 7 de abril de 2020 (doc. nº 02500.017532/2020-22), o Secretário Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional, na qualidade de Secretário Executivo do CNRH, encaminha a Carta (CNI) 00453/2020 (doc. nº 02500.016751/2020-94), dirigida ao Ministro do Desenvolvimento Regional, onde o Conselheiro Titular do Segmento Indústria no CNRH, apontando dificuldades operacionais e financeiras dos usuários de recursos hídricos sujeitos à cobrança, oriundas da pandemia, solicitou *“a suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água por 120 dias, contemplando o período de abril a julho do vigente ano, de modo que os valores das parcelas relativas a esses meses sejam acrescidos nas parcelas relativas ao ano de 2021, sem adição de juros ou multas”*.
2. Para subsidiar o CNRH, o Secretário Executivo do CNRH solicita o posicionamento da ANA quanto à viabilidade do pleito da Carta (CNI) 00453/2020.

ANÁLISE

3. Com a pandemia do vírus corona e sua respectiva enfermidade COVID-19, o exercício 2020 será atípico para a economia brasileira.
4. O Decreto Legislativo nº 6, de 2020, *“reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020”*. Na mesma linha, há vários atos administrativos de isolamento social e de contenção da circulação de mercadorias e pessoas.
5. A extensão dos impactos econômicos negativos derivados das ações de combate à COVID-19 ainda não foi dimensionada, mas já são vistos no País medidas relativas à suspensão/adiamento/diferimento de pagamento de tarifas, tributos, obrigações civis, dentre outras.

6. O Anexo I desta Nota Técnica contém iniciativas e decisões tomadas no âmbito do SINGREH sobre o adiamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos, em função da pandemia do vírus corona.

7. Em relação a *“suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água por 120 dias, contemplando o período de abril a julho do vigente ano, de modo que os valores das parcelas relativas a esses meses sejam acrescidos nas parcelas relativas ao ano de 2021, sem adição de juros ou multas”*, informamos que, do ponto operacional de cálculo e emissão de boletos de cobrança, não há óbices ao acolhimento da solicitação.

8. Entretanto, vislumbra-se dois desdobramentos importantes decorrentes do atendimento pleno à solicitação da CNI.

9. O primeiro diz respeito à manutenção do adequado funcionamento das entidades delegatárias das funções de agências de água, sobre as quais incidem obrigações trabalhistas e outras despesas administrativas fixas. Ao se passar os vencimentos dos boletos de abril a julho do exercício 2020 para abril a julho do exercício 2021 haverá uma redução significativa da arrecadação no exercício 2020, implicando em desfalque no fluxo de caixa para o custeio das entidades delegatárias, dada a limitação imposta pelo § 1º do art. 22 da Lei nº 9.433/97, descrito a seguir:

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

...

II - no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

...

10. Assim, como forma de minimizar os impactos de tal medida, o CNRH poderia autorizar, em caráter excepcional, a utilização de recursos de investimentos existentes em caixa para o custeio administrativo de suas respectivas entidades delegatárias no exercício 2020, observando-se os limites de custeio vigentes.

11. Autorização similar já foi concedida pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro - CERHI/RJ no exercício 2016, que, considerando a crise econômica vivenciada pelo Estado do Rio de Janeiro, cujo arresto dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI afetava o custeio das entidades delegatárias, editou a Resolução CERHI/RJ nº 153, de 13 de abril de 2016 (anexa). Nesta Resolução, de forma excepcional, o CERHI/RJ autorizou a utilização para o custeio das entidades delegatárias dos recursos que estavam destinados a ações e projetos.

12. Repetindo a atuação realizada em 2016, para o exercício 2020 o CERHi/RJ, considerando, dentre outros, a crise econômica vivenciada pelo Estado do Rio de Janeiro agravada pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), editou a Resolução CERHi/RJ Ad Referendum nº 225, de 29 de abril de 2020 (anexa), que dispõe sobre o uso dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI para custeio das entidades delegatárias em situações de excepcionalidade.

13. O segundo desdobramento importante do acolhimento do pleito da CNI seria o impacto financeiro sobre os usuários-pagadores decorrentes do acúmulo dos boletos relativos ao período de abril a julho do exercício 2020 com aqueles relativos ao período de abril a julho do exercício 2021.

14. Esse impacto sobre os usuários poderia ser reduzido a partir da revisão dos procedimentos operacionais vigentes nas bacias hidrográficas do Paraíba do Sul, do PCJ, do São Francisco e do Doce, adotando-se, em caráter permanente, o mesmo já aplicado com sucesso nas bacias hidrográficas do Paranaíba e do Verde Grande, qual seja, emissão de boletos no tempo (t+1): os usos da água do exercício (t) passarão a ser cobrados no exercício seguinte (t+1). Este procedimento operacional facilita o entendimento da cobrança pelo usuário pagador. Ademais, evitará sobreposição de boletos do exercício 2020 e exercício 2021.

15. Já para as bacias hidrográficas do Paranaíba e do Verde Grande, cujos boletos já são emitidos no tempo (t+1) e estão previstos para vencimentos de ago/20 a dez/20 - 5 parcelas¹, poder-se-ia estender os vencimentos até mar/21, evitando-se a sobreposição de boletos do exercício 2020 e exercício 2021 - 8 parcelas de ago/20 a mar/21.

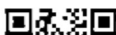
16. Registra-se que estas ações não significam renúncia de receitas, senão simplesmente o adiamento dos vencimentos dos boletos de pagamentos pelo uso de recursos hídricos do exercício 2020 para 2021.

CONCLUSÃO

17. A COVID-19 traz atipicidade ao ordenamento econômico do País de dimensões ainda não conhecidas. Assim, medidas de suspensão/adiamento de pagamentos estão sendo estudadas e implementadas.

18. Especificamente no que se refere à cobrança pelo uso de recursos hídricos já há diversas iniciativas em curso, conforme registrado em anexo. Outras medidas poderão ser necessárias e oportunas, a exemplo das alternativas apresentadas para acolhimento pleno da CNI (Carta 00453/2020) de forma a aliviar os efeitos causados pela pandemia de COVID-19 sobre o usuário-pagador de recursos hídricos.

¹ Nos termos da Resolução ANA nº 18/20.



ENCAMINHAMENTOS

19. Sugere-se o encaminhamento desta Nota Técnica ao Diretor AG, para, se de acordo, providenciar resposta ao Secretário Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional em atendimento ao Ofício nº 212/2020/SNSH/MDR.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
GIORDANO BRUNO BOMTEMPO DE CARVALHO
Coordenador de Sustentabilidade Financeira e Cobrança

De acordo. Encaminhe-se ao Diretor da Área de Gestão.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

ANEXO I

INICIATIVAS NO ÂMBITO DO SINGREH

PL nº 861/2020 (anexo):

De autoria do Deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), que “modifica a Lei n.º 9.433 de 1997 para determinar a suspensão da cobrança e pagamento de água em períodos de pandemia”. Embora a sua ementa aponte para a suspensão da cobrança, o teor do PL nº 861/2020 trabalha a isenção e, em caso de pandemias, guerras ou estado de calamidade pública, e pode afetar tanto a Fonte 136 quanto a Fonte 183, com prejuízos ao SINGREH;

Deliberação CRH “Ad Referendum” 235, de 1º-4-2020 (anexa):

“Recomenda a prorrogação dos prazos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo”, publicada no DOE/SP de 2 de abril de 2020;

Resolução ANA nº18, de 15 de abril de 2020 (anexa):

Dispõe sobre o adiamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19, e estabelece procedimento de cobrança pelos usos relativos ao exercício de 2020, suspendendo a emissão dos boletos de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, cujos vencimentos se iniciariam em abril de 2020, passando a prever o início dos vencimentos em agosto de 2020. Esta Resolução encontra-se em vigor e sendo implementada pela ANA².

² Esta atuação emergencial da ANA manteve os vencimentos dos boletos de cobrança dentro do exercício 2020



BOX

Conforme divulgado no portal da ANA³, esta iniciativa se junta aos esforços para o enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), tendo sido divulgada no Comunicado Interministerial (da Secretaria de Governo da Presidência da República) de 8 de abril de 2020 que destacou, dentre as ações de governo:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Governo
Secretaria Especial de Comunicação Social

Comunicado Interministerial
08.04.2020

- o **Ministério do Desenvolvimento Regional**

ANA

Governo Federal suspende cobrança pela captação de água em rios da União durante pandemia do coronavírus

A cobrança pela captação de água bruta em rios de domínio da União está suspensa pelos próximos quatro meses. A decisão é mais uma das medidas do Governo Federal no enfrentamento aos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus. A solicitação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) foi aprovada pela Agência Nacional de Águas (ANA) nesta segunda-feira (6 de abril) e beneficiará detentores de outorga para captação da água bruta, como indústrias, produtores rurais, irrigantes e empresas de saneamento.

Para mais informações: <https://www.mdr.gov.br/>

Ofício CERHI-RJ/SEAS nº 251, de 4 de maio de 2020 (anexo):

Presidente do CERHI-RJ, informa que após a reunião “com a representação de todos os Comitês Fluminenses e Diretoria deste Conselho Estadual no dia 29/04/2020” obteve-se a “recomendação do CERHI-RJ ao Inea para que o proceda a prorrogação dos prazos de vencimento dos boletos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em domínio do Estado do Rio de Janeiro, alterando o prazo inicialmente proposto pelo INEA de 120 (cento e vinte) para 90 (noventa) dias”. Assim, o “adiamento deverá ser aplicada aos boletos correspondentes aos meses de maio, junho e julho, assim como o seu pagamento deverá ser feito até os meses de Agosto, Setembro e Outubro, respectivamente, do corrente ano”⁴.

³ Ver: <https://www.ana.gov.br/noticias/agencia-nacional-das-aguas-vai-adiar-cobranca-pela-captacao-de-agua-bruta-para-aliviar-custos-do-setor-produtivo>

⁴ O Ofício CERHI-RJ/SEAS nº 251, de 4 de maio de 2020 foi motivado pela Carta C.PRES - 57/20, de 7 de abril de 2020, do Presidente da Firjan (anexa): propôs ao Secretário do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) do Estado do Rio de Janeiro e ao respectivo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI/RJ) “a suspensão por 120 dias do instrumento de gestão de cobrança do uso de recursos hídricos em domínio do Estado do Rio de Janeiro” e “que as parcelas da cobrança pelo uso da água referente aos meses de abril a junho de 2020 sejam pagas no período de abril a junho de 2021 nos seus respectivos meses, sem adição de juros ou multas”.



Deliberação CERH-MG nº 437, de 28 de maio de 2020 (anexa):

Aprova proposta de Decreto que regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos, que dispõe sobre a emissão dos Documentos de Arrecadação Estadual referentes à cobrança pelo uso de recursos hídricos relativo ao exercício de 2020⁵.

⁵ A Deliberação CERH-MG nº 437, de 28 de maio de 2020, foi motivada pelo Of. Presidência nº 111/20, de 31 de março de 2020, do Presidente da Fiemg (anexo): solicitou ao Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais a “suspensão da cobrança pelo uso da água neste primeiro semestre de 2020”

